



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

15011 - Resumo Expandido - Trabalho - XVII Reunião Regional da ANPEd Centro-oeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT 14 / GT 17 - Sociologia da Educação e Filosofia da Educação

GLOBAL EDUCATION REFORM MOVEMENT-GERM: UM ESTUDO COMPARADO DO PROCESSO DE ADOÇÃO EFETIVA A PARTIR DA REFORMA EDUCACIONAL DO BRASIL E MÉXICO

Jardel Pereira da Silva - UnB - Universidade de Brasília

Wivian Jany Weller - UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Agência e/ou Instituição Financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES

INTRODUÇÃO

A presente proposta de pesquisa elege como tema as políticas educacionais destacadas na modalidade ensino médio, refletindo este a partir da análise documental a agenda proposta e as reformas impostas pela agenda internacional para América Latina, tendo como “alvo” as maiores economias: Brasil e México, países detentores ainda das maiores populações da sub região e por estarem inseridos como membros em organismos supranacionais, entre os quais destacamos o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional-FMI, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico-OCDE e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura-UNESCO, no qual direcionaram a pauta central para reorganização educacional.

A proposta permitirá compreender como o ciclo de políticas educacionais se formam, adotam e se efetivam, como preconiza Stephen Ball, tem como foco central analisar, em perspectiva comparada, a reforma educacional do ensino médio do Brasil (2017) e o *bachillerato* do México (2013-2019) considerando a inserção no *Global Education Reform Movement-GERM*, no qual apresentaremos o movimento e suas implicações nas reformas educacionais nos dois países, além de apontar as primeiras impressões na legislação vigente.

Desta forma, surgem as seguintes indagações e necessidades de investigação: Como se organizou o movimento *Global Education Reform Movement-GERM*? Quais as aproximações legais/históricas/sociais/culturais das reformas brasileiras e mexicanas? Como foram adotadas as reformas nos dois países, considerando o contexto sócio-político?

Do ponto de vista metodológico, esta pesquisa de abordagem qualitativa se desenvolve fazendo uso do tipo pesquisa bibliográfica e documental. Do ponto de vista técnico, utiliza a análise dos dados a partir do arcabouço da análise de conteúdo por Philipp Mayring (2002). Ao mesmo tempo, com um minucioso levantamento documental e bibliográfico a fim de compreender em que contexto político, histórico e social, foram adotados.

DESENVOLVIMENTO

As políticas educacionais na América Latina são em parte moldadas pelo processo recente de globalização, que traz consigo a influência das organizações multilaterais. Essas organizações operam em uma dinâmica de mão dupla: por um lado, estabelecem metas no âmbito político e econômico, e por outro, disponibilizam linhas de financiamento, o que acontece, por exemplo, na realidade do Brasil e do México, mas antes de delimitarmos a estes países, sobre marcos importantes no contexto dos processos de reformas educacionais, importa apresentar aqueles que ocorreram na América Latina como um todo. (Banco mundial, 2018)

A década de 1990, foi determinante para uma série de reformas educacionais no mundo, podemos exemplificar aqui com o *Acuerdo Nacional para la Modernización de la Educación Básica* – ANMEB em 1992 no México e Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB em 1996 no Brasil. Sendo fruto de procedimentos orientados pela agenda de organizações supranacionais, o período temporal permitiu a realização de tratados.

O primeiro deles é a *Conferência Mundial de Educação para Todos*, em 1990. Trata-se de uma reunião com convocação feita pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, pela Unesco, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF e Banco Mundial. Essa conferência teve como **objetivo primordial** gerar um contexto de fortalecimento da educação básica, por meio de um contexto político coerente com os princípios da educação de qualidade, tal como uma maior atenção aos processos de aprendizagem. O **segundo marco** foi o *Promedlac IV*. Promedlac é referência à reunião de Ministros de Educação convocados pela Unesco com o intuito de analisar o desenvolvimento do Projeto Principal de Educação para a América Latina e o Caribe. O objetivo maior desse

marco era a reorientação do crédito internacional. **O terceiro marco** é a *24ª Reunião da Cepal*, que ocorreu em Santiago do Chile, em 1992. Seu objetivo era o de analisar a conveniência de voltar a situar a educação e o conhecimento na base das estratégias de desenvolvimento. **O quarto marco** foi o *Promedlac IV* que se realizou em Santiago, em 1993, com o propósito de criar, identificar e esboçar ações que permitissem melhorar os níveis de qualidade das aprendizagens. E o **quinto marco** foi o *Seminário Internacional organizado pela Unesco* sobre descentralização e currículo, que ocorreu em Santiago do Chile, em 1993. (UNESCO, 2018)

Nesta perspectiva surge ainda *GLOBAL EDUCATION REFORM MOVEMENT-GERM*, movimento iniciado na Europa, mas com amplitude global, Verger (2019, p.13) aponta ainda as Organizações Internacionais (OIs) para melhor adequação ao um mundo de intensa globalização, definindo este termo como Economia Política Internacional (EPI). Salienta-se que “as teorias da Economia Política Internacional (EPI) não compreendem tanto os fatores culturais ou ideacionais, mas em econômicos como os principais impulsionadores para uma mudança educacional”

As abordagens da EPI focalizam os efeitos indiretos da globalização na educação e não exclusivamente as influências diretas entre países ou entre as Organizações Internacionais (OIs) e os países. Elas sugerem que a forma mais importante em que a globalização está afetando a política educacional é alterando as condições estruturais nas quais a reforma educacional ocorre, incluindo as condições em que a reforma é enquadrada e percebida pelos formuladores de políticas como necessária. Um bom exemplo de como a globalização alterou as condições estruturais da governança educacional pode ser encontrado nos Programas de Ajuste Estrutural (PAE) patrocinados pelo Banco Mundial/FMI implementados em países latinoamericanos e africanos nas décadas de 1980 e de 1990. Os Programas tiveram graves repercussões na educação, em primeiro lugar, reduzindo o orçamento público necessário para financiar a expansão educacional e, em segundo, aumentando os níveis de pobreza e, conseqüentemente, os custos de oportunidade da escolaridade (BONAL, 2002). A nova configuração social após o período de ajuste estrutural tornou-se altamente favorável ao surgimento e à implementação de políticas de Transferência Condicional de Renda, a qual, por meio de incentivos econômicos, leva alunos pobres a frequentar a escola (BONAL; TARABINI; RAMBLA, 2012). (Verger, 2019, p. 13)

Verger nos mostra ainda como as desigualdades de acesso à educação e de qualidade educacional são moldadas por fatores como classe social, gênero, etnia e localização geográfica, e propõe que o GERM defina estratégias para enfrentar essas disparidades

Em relação ao Brasil e México, alguns aspectos precisam ser considerados, dentre eles a influência norte-americana na organização educacional. O currículo mexicano, por exemplo, sofre influência das demandas de dominação do sistema educacional norte-americano, que ressoam nos métodos e conteúdos adotados. Além disso, reflete em questões sobre o desafio da internacionalização e o conceito de um currículo comum e único para o México. A crítica

ao conceito de currículo único e às políticas centralizadas é importante para compreender que a estrutura da proposta curricular não é inata, universal ou pré-existente (Pinar, 2011).

No contexto do México, nos anos 2000, as políticas educacionais centrais foram principalmente orientadas por um modelo que adota uma abordagem neoliberal da educação. Esse modelo enfatiza a medição de disposições curriculares, perfis educacionais, avaliação e regulamentações. Essas políticas foram implementadas e protegidas por instituições como o Ministério da Educação Pública, a ANUIES (Associação Nacional das Universidades e Instituições de Ensino Superior), o CENEVAL (Centro Nacional de Avaliação da Educação Superior) e o Instituto Nacional de Avaliação da Educação Básica (Moreno, 2004). Nesse contexto, é importante apontar os campos de controle simbólico da educação, tais como o campo internacional (princípios dominantes de educação para a cidadania global e avaliação de qualidade), o campo de recontextualização oficial (discurso oficial), o campo pedagógico de recontextualização (discurso pedagógico de reprodução, e, por fim, o campo recontextualizador primário (relação família e comunidade). (Peraza, 2020)

Quanto ao Brasil, é possível identificar uma mudança de paradigma desde o início do século atual. A partir do ano 2003, com a instituição na legislação de matérias no qual apontamos alguns destaques como: Emenda Constitucional nº 53 e 59 que tratam sobre financiamento cooperado entre os entes e a União, Lei 11.645, que inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e indígena.”, os Planos Nacionais de Educação (2001 e 2014), e a Base Nacional Comum Curricular de 2018, que como legislação nortearam a implementação de afirmativas para educação básica

Ball (1994) ainda chama à atenção para a “concepção de redes globais de política para analisar o discurso por elas produzidas, enquanto vozes e narrativas que orientam políticas e enquanto rede de governança através da qual fluem “ideias, discursos, dinheiro e pessoas” (Ball, 2014, p. 19), que impactam esse novo espaço político que necessita ser tomado para a análise, buscando-se compreender a macro e a micropolítica (Ball, 2014).

Nesse contexto, é importante ressaltar a importância de políticas públicas, e sua adoção efetiva, que nem sempre vai em diálogo permanente com a sociedade, muitas vezes se torna algo concreto por imposição legal.

CONCLUSÕES

O papel do *Global Education Reform Movement* das demais agências supranacionais é orientar as ações para descentralização de políticas educacionais e construção de novas, baseadas nas experiências exitosas, de modo a tratar de problemas e induzir a melhoria da oferta.

Consideramos, nesta investigação, o contexto políticas educacionais globais que, ao serem propostas e adotadas, para esta modalidade escolar denotam a necessidade permanente de diálogo e análises de experiências regionais e globais para melhor adequação, considerando as realidades de cada país, dada a natureza complexa e controversa da política educacional. É preciso ainda entender os processos micropolíticos e a ação dos profissionais que lidam com as políticas públicas, no nível local, indicando a necessidade de articularem os processos micro e macro nas análises de políticas educacionais, e melhor oferta para o mundo global.

Palavras-Chaves: Global Education Reform Movement-GERM; Estudo comparado; Reforma educacional.

REFERÊNCIAS

BALL, Stephen J. **Education reform: a critical and post-structural approach.** Buckingham: Open University Press, 1994.

BALL, S. **Educação Global S.A.: novas redes políticas e o imaginário neoliberal.** Ponta Grossa: UEPG, 2014.

BANCO MUNDIAL. **Notas de políticas públicas – por um ajuste justo com crescimento compartilhado.** The World Bank. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/brazil/brief/brazil-policy-notes>. Acesso em: 05 mai. 2024.

BOWEN, G. Document analysis as a qualitative research method *Qualitative Research Journal*, v. 9, n.2, p. 27-40, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2018.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN. Lei 9394/1996.**

MAYRING, P. Qualitative content analysis – research instrument or mode of interpretation? In Mechthild Kiegelmann (Hrsg.), **The role of the researcher in qualitative psychology** (S.139–148). Tübingen: Verlag Ingeborg Huber. 2002.

PINAR, W. F. **The character of curriculum studies: bildung, currere, and the recurring of the subject.** New York: Palgrave Macmillan, 2011.

SANGINÉS, C. P. **México en la Reforma Educativa Global.** Ciudad de México: Editorial UNAM, 2020.

UNESCO. **Educação para Todos em 2015: um objetivo acessível?** Relatório de monitoramento global de EPT, 2008. Disponível: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000187129> Acesso 01 mai 2024.

VERGER, A. A política educacional global: conceitos e marcos teóricos chave. *Práxis Educativa*, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 9–33, 2018. DOI: 10.5212/PraxEduc.v.14n1.001. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/12987>. Acesso em: 7 maio. 2024.